

Ayres Britto recebe servidores amanhã. Hoje é dia de pressionar

É hoje, dia 21 de junho, o Ato/Assembleia no TRE/SC, das 16 às 17 horas, para debater os encaminhamentos da luta pelo PCS e o "Apagão na Justiça Eleitoral". A mobilização ocorre um dia antes da reunião do ministro Ayres Britto, presidente do STF, com a Fenajufe, em que a pauta são as negociações em torno do PL 6613/09, que revisa o PCS da categoria. A reunião foi marcada nesta quarta-feira, 20, pelo ministro, em conversa, por telefone, com a coordenação da Fenajufe. **É mais um motivo para que os servidores compareçam ao Ato/Assembleia desta quinta.**

No contato, feito antes mesmo do horário marcado para a sessão da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), que mais uma vez foi cancelada por falta de quórum, Ayres Britto disse que continua tendo uma interlocução com representantes do governo, mas manteve a sua postura de não entrar em detalhes quanto ao conteúdo das conversas. Ele disse que preferia conversar pessoalmente, marcando a reunião para esta sexta-feira.

A audiência atende ao pedido protocolado pela Federação, junto à presidência do STF, na semana passada. "Vamos escutar o que o ministro tem a nos dizer. Ele agendou essa reunião, mas até o momento não sabemos de nenhum avanço ou que haja qualquer acordo fechado. Nesse sentido, é imprescindível que todos os estados que agendaram atividades para esta quinta-feira, como paralisações de 24 horas e atos, garantam a

participação do maior número possível de servidores. Precisamos ampliar a nossa pressão, com o objetivo de construirmos um movimento mais forte e unificado em todo o país", avalia a Fenjufe.

"Apagão" de 48 horas

A Federação reuniu-se com representantes dos Sindicatos nesta quarta-feira, 20, em Brasília. A orientação é de manter e ampliar as mobilizações em todo o país, com paralisações, atos, manifestações de rua e assembleias, visando à construção de Greve nacional.

Foi definido o imediato Estado de Greve da categoria, com destaque, além das atividades deste dia 21, para o indicativo, aos Sindicatos de base, de nova Greve de 48 horas nos dias 4 e 5 de julho, com foco na Justiça Eleitoral, o que foi denominado como "Apagão" do Judiciário Federal e MPU. Nesse período, termina o prazo para o registro das candidaturas daqueles que vão participar das eleições municipais de outubro. Na avaliação dos presentes à reunião, é fundamental aproveitar esse calendário eleitoral para mostrar à cúpula do Judiciário que se não houver a negociação necessária à aprovação do PCS, a mobilização dos servidores pode comprometer as eleições de outubro.

Ainda como parte da estratégia de aproveitar o processo eleitoral nos municípios, a Fenajufe vai elaborar um documento destinado aos partidos políticos, em que a categoria pedirá manifestações de apoio à agili-

**HOJE, QUINTA, 16 horas, no TRE/SC:
Venha debater o "Apagão" na Eleitoral**

dade nas negociações entre os três poderes. Essa carta será encaminhada aos Sindicatos filiados para que os mesmos também a enviem aos diretórios estaduais e municipais de todos os partidos políticos.

A reunião também indicou que toda quarta-feira será Dia Nacional de Luta pelo PCS, com os Sindicatos realizando "apagões", paralisações e atos em todos os estados.

O Sindjus (Distrito Federal) já decidiu que, na próxima terça (26) e quarta-feira (27), fará mais 48 horas de paralisação. Na terça, haverá ato na Câmara para forçar o relator do PL 6613 e o presidente da CFT a votarem o nosso PCS. Além dessa paralisação de 48 horas, foi aprovada uma paralisação nos dias 4 e 5 de julho na Justiça Eleitoral e Greve geral por tempo indeterminado a partir do dia 1º de agosto.

Nas duas últimas semanas os servidores em todo o país estão, pouco a pouco, mais uma vez reunido forçadamente para a Greve e as paralisações. Em SC, os Atos/ Assembleia a cada semana reúnem mais trabalhadores.

A preocupação com a nossa luta, especialmente na Justiça Eleitoral, já está tendo efeitos na Cúpula do Judiciário. A Presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, recebeu de um grupo de servidores proposta para que o TSE conceda uma gratificação para os trabalhadores da Justiça Eleitoral.

Mas Cármen Lúcia, entretanto, fez questão de ressaltar que as negociações para a aprovação do PL do PCS estão sendo conduzidas pelo presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto. "Há cerca de uma sema-

na, o ministro Britto me telefonou para informar que tem boas notícias sobre o andamento do PL no Congresso", afirmou a ministra sem, contudo, adiantar o conteúdo das boas notícias. "Não estou autorizada a transmitir a informação", disse.

Ora, os servidores do Judiciário como um todo têm Plano de Cargos e Salários, e de que cartola legal o TSE tiraria valores para pagar gratificação somente aos seus próprios servidores?

Recentemente o Ministério Público abortou o maior movimento grevista da categoria dos últimos anos dizendo que iria aprovar rapidamente uma proposta de subsídio para aqueles servidores. Depois que o projeto com a nova proposta foi enviado para a Câmara, a administração do MP não se empenhou em nada para que o projeto fosse aprovado. Agora, aguarda o resultado da negociação feita pelo STF com os demais poderes para pegar carona mais uma vez no projeto do Judiciário.

Então, a notícia sobre a proposta de gratificação, que está no site do TSE, mostra que a pressão dos servidores, tendo em vista o planejado "Apagão" na Justiça Eleitoral, está no caminho certo. Se "tem boas notícias sobre o andamento do PL no Congresso", a ministra Cármen Lúcia sabe onde e quem precisa pressionar e quem deve ouvir. O alvo da pressão é o Executivo, porque o governo Dilma é que está travando o PCS. E quem ela deve ouvir são os servidores como um todo, das três Justicas, que já decidiram por maioria, em diferentes fóruns deliberativos: **querem o PCS, e para todos.** *Com informações da Fenajufe e Sindjus-DF*

Gratificação Judiciária da JT: Relator autoriza prosseguimento das execuções

Ao despachar o Agravo Regimental do SINTRAJUSC, o Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, do TRF/4, no dia 19, reviu seu despacho inicial na Ação Rescisória n.º 0003674-17.2012.404.0000. A decisão permite "o prosseguimento das execuções, inclusive a expedição, transmissão e inscrição dos precatórios e das RPVs, mantendo-se, contudo, esses valores bloqueados para levantamento até o julgamento do presente agravo pela 2ª Seção desta Corte".

O Relator acolheu o pedido sucessivo formulado pela assessoria jurídica do Sintrajusc, tendo à frente o advogado Pedro Maurício Pita Machado. Os advogados argumentaram que o direito era controvertido na data do julgamento e que, por isso, se aplica a Súmula 343 do STF. Pela Súmula, não é cabível a ação rescisória quando ao tempo da decisão atacada a matéria era controvertida nos Tribunais, mesmo que posteriormente o entendimento tenha se firmado em sen-

tido contrário.

Conforme Pita, a jurisprudência até vem admitindo o afastamento da Súmula quando se trata de matéria constitucional. "Mas, no caso, ao negar seguimento ao Recurso Extraordinário da União, o próprio Supremo já declarou que não há questão constitucional na gratificação judiciária e que tudo se resolve na interpretação de normas infraconstitucionais", enfatiza.

Segundo o advogado Fabrizio Rizzon, coordenador do escritório em Florianópolis, "essa decisão nos permite agilizar a inscrição de vários precatórios para 2013, como era a intenção original, evitando que os processos fiquem parados durante todo o tempo de tramitação da rescisória".

A previsão é de que o julgamento definitivo do agravo ocorra na próxima sessão da 2ª Seção do TRF/4, que deverá ocorrer na segunda ou terceira quinta-feira de julho (12 ou 19.07.2012). *Fonte: Assessoria Jurídica do Sintrajusc*